

UMA INICIAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS FAVELAS DA BAIXADA SANTISTA E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM ALGUNS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO

DANIELLA SILVA DE OLIVEIRA¹

Universidade Santa Cecília de Santos – Pós-graduação em Patrimônio Cultural: Memória e Preservação

RESUMO

Entender todo o processo de formação do patrimônio constituído pelos agrupamentos periféricos é um desafio imensurável, mas reconhecer alguns fatores que desvelam as riquezas das múltiplas formas de existências, assim como perceber que cada cultura tem sua lógica interna, dentro de uma gama infindável de modos de viver é fundamental para livrar-se de preconceitos relacionados à cultura do outro. Apesar das possíveis analogias entre as favelas, cada uma apresenta singularidades culturais e é a partir da identificação de alguns de seus elementos que se pode aproximar da alteridade desses territórios de maneira mais consciente e responsável. Compreender suas peculiaridades e entender que esse território faz parte de um contexto maior contribuirá para a diminuição das barreiras e isolamentos culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Favela; patrimônio; cultura.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a finalidade de promover o reconhecimento das manifestações culturais das favelas como parte integrante de um conjunto de bens patrimoniais de representativo valor à identidade

cultural de micro a macro esferas da sociedade brasileira.

Para que se perceba a relação entre o termo favela e alguns conceitos de patrimônio, será necessário discorrer sobre o panorama de conceituação do termo patrimônio ao longo do processo histórico. Também é preciso

reconhecer os fatores que levaram a atual sociedade a partilhar do mesmo contexto político-social que promoveu e ainda hoje perpetua o surgimento das favelas.

Então, para que melhor se encaminhe o entendimento sobre as relações entre as favelas e alguns conceitos de patrimônio, tais como, cultural, histórico, arquitetônico e local, em linhas gerais será feito um breve levantamento sobre o processo de conceituação do termo patrimônio; a contextualização histórica da formação das favelas no cenário de desenvolvimento urbano nacional, tendo como referência a Baixada Santista; o levantamento de alguns aspectos culturais e a análise das características das habitações típicas de favela, levando em consideração as suas técnicas construtivas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Patrimônio, assim como termo história, é comumente ligado ao passado e está relacionado aos registros que contribuíram para marcar um tempo que se foi. São recorrentes as ideias de que ambos não sofrem mutações, que são símbolos de um período e que não se relacionam de maneira mais direta com os tempos vindouros. Mas para que se tenha uma compreensão mais profunda sobre a consolidação do termo patrimônio, torna-se necessário entender que esse é um conceito que se constrói no presente de cada época. É na mentalidade da sociedade que se edifica um conceito

e, para que este seja amplo, faz-se necessário observar as contribuições que foram acrescentadas no decorrer do seu processo histórico. Então, para estruturação dos conceitos que foram agregados pelo termo patrimônio ao longo do processo histórico, são utilizados como referências os livros "Patrimônio Histórico e Cultural" (FUNARI, P. e PELEGRINI, S., 2006), "A alegoria do patrimônio" (CHOAY, 2006) e "Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação" (PELEGRINI, 2009).

O processo de urbanização, iniciado no século XIX, deu-se por conta das questões relacionadas ao desenvolvimento do setor econômico agroexportador. Sem muitos recursos, os trabalhadores estabeleceram suas habitações praticamente sem o auxílio de políticas públicas e o resultado foi a precária salubridade das moradias ao longo do perímetro urbano que se formara no sudeste. Ao abordar as implicações desses fatores que corroboraram para criação de medidas públicas de urbanização e posteriores planos nacionais de habitação, poucos eficazes como dispositivos minimizadores do afastamento das classes menos favorecidas para as zonas periféricas, faz-se uso do capítulo "Origens de habitação social no Brasil" (BONDUKI, 1994).

Os livros "Estética da Ginga – A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica" (JACQUES, 2007) e "Maré – Vida na favela" (JACQUES, 2002) contribuem para a complementação do referencial relacionado à caracterização do patrimônio arquitetônico.

FAVELAS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM ALGUNS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO

Conceitos de patrimônio

Derivado do termo de origem latina, *patrimonium*, a primeira ideia que se tem de patrimônio surge na Roma Antiga, quando este representava as estruturas familiares e os conjuntos de bens materiais pertencentes ao patriarca. Era um bem destinado ao usufruto das futuras gerações.

Durante a Idade Média, o termo patrimônio recebeu outra conotação. Foi nesse período que o culto aos símbolos cristãos passou a agregar valores religiosos à identidade cultural da época.

Com a transição da mentalidade teocêntrica para os novos ideais renascentistas, intelectualizaram-se os bens considerados patrimônio. Nesse período a aristocracia criou os antiquários e as coleções que resgataram elementos que legitimavam os valores da antiguidade clássica.

O que antes se restringia a determinadas produções culturais consideradas eruditas, a partir da Revolução Francesa tomou um sentido mais amplo, sendo então os monumentos reconhecidos como vestígio tangível de um processo histórico. Segundo o interesse do Estado, essas edificações eram entendidas como símbolos da história de sua nação e tinham a função de criar uma memória nacional. Então, em um dos atos da Constituinte

francesa, colocaram-se os bens da nobreza e do clero à disposição da nação, passando a garantir à burguesia o direito ao patrimônio público. Essa mudança inseriu o patrimônio em um plano de identidade da nação, usando-o como concretização dos estados-nações modernos, o que contribuiu para o surgimento das práticas de preservação.

O Brasil construiu sua fundamentação do conceito de patrimônio a partir do referencial francês. Com intuito de consolidar a ideia de nação brasileira, o presidente Getúlio Vargas criou algumas medidas de promoção da identidade nacional. A ideia de patrimônio brasileiro era utilizada como ferramenta de manipulação do estado e foi a partir da criação dos heróis nacionais que se construiu a História Oficial do Brasil. A cultura popular foi articulada por meio de elementos folclorizantes. No entanto, a memória social não era até então valorizada por essa política.

Mesmo com a expansão do termo patrimônio, como uma simbólica representação do passado que ajuda a criar uma noção de identidade cultural, este ainda é visto como um vestígio material do passado. Contudo, a atual política brasileira visa a compreender a nova significação que o termo patrimônio cultural abarca, passando a reconhecer a importância da ideia de imaterialidade das manifestações culturais.

Com bases orientadas pelos fóruns e conferências da UNESCO, a legislação brasileira formulou, na

Constituição de 1988, um campo amplo de abrangência do patrimônio cultural, onde alguns elementos culturais podem legalmente ser reconhecidos como patrimônio cultural a partir do artigo 215, estendendo-se ao seguinte artigo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científica, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- os conjuntos histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, e de outras formas de acautelamentos e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. [...]¹

A Constituição promulgada de 1988 trouxe grandes avanços para o entendimento do patrimônio imaterial. Tornou-se uma Constituição que passou a reconhecer a grande diversidade cultural brasileira e este artigo apenas exemplifica a grande heterogeneidade dessa cultura, pois seria impossível mensurar todos os tipos de manifestações culturais do povo brasileiro. Foi por isso também que ele promoveu a participação da sociedade no reconhecimento do patrimônio cultural, para mostrar que não é papel apenas do Ministério da Cultura, das instituições vinculadas a ele, como o Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, das Secretarias Estaduais e Municipais, mas também da sociedade civil reconhecer e promover a proteção da grande diversidade cultural brasileira.

O Decreto n.º 3.551, de 04 de agosto de 2000, também se tornou uma ferramenta que contribui para o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, onde se instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Tal feito viabilizou ainda mais os projetos que buscam a

¹BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

identificação, o reconhecimento e a proteção do patrimônio imaterial brasileiro.

Processo de desenvolvimento urbano e de formação das favelas no cenário nacional e da região da Baixada Santista

No início do regime republicano, Santos era a principal cidade que aportava imigrantes estrangeiros que seguiam em busca de reconstruir sua história no Brasil. A economia do país girava em torno de atividades agroexportadoras. O destaque econômico vinha da região sudeste, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. O estado paulista estava em ascensão econômica, devido à produção cafeeira que contava com larga escala de mão de obra imigrante. A partir desse contexto, foi determinante para expansão da região a construção das linhas férreas São Paulo Railway (1867) e Serra Nova (1897), que ligavam o porto santista ao planalto.

Por conta dessa nova demanda populacional e da expansão econômica do setor agrário exportador, tornou-se interessante investir no setor imobiliário. Nessa época as políticas públicas de habitação eram praticamente inexistentes e o setor imobiliário era mantido de forma liberal capitalista por proprietários privados. O objetivo dos investimentos imobiliários era de rentabilizar os lucros excedentes da produção de café.

A paisagem urbana passou a refletir o paradigma das desigualdades socioeconômicas a partir dos cortiços. Estes eram ocupados por um grande contingente populacional e tornaram-se empreendimentos interessantes devido à rentabilidade e aos baixos custos gastos com as infraestruturas desses imóveis.

Foi a partir desta época, início do século XX, quando a proliferação das epidemias atingia os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que se passou a ter preocupação com políticas de saneamento e urbanização das cidades. As epidemias causaram milhares de mortes entre as classes baixas e assolavam também as classes mais favorecidas. Os cortiços eram vistos como focos de doenças e isso foi determinante para que se tomassem medidas de saneamento das cidades. Muitos cortiços foram demolidos, sendo proibida a sua reconstrução, poucos foram regulamentados e outros transformados em casas eficazmente mais salubres.

O setor industrial, que até então ocupava um segundo plano na economia brasileira, em parceria com o poder público, contribuiu com a questão habitacional a partir da criação das vilas operárias. Essa medida garantia benefícios econômicos para ambas as partes, pois a criação de empreendimentos imobiliários não só para os funcionários das empresas, as chamadas Vilas Empresas, mas também a construção de vilas particulares garantiam-lhes o direito à

locação e geravam impostos para os municípios.

Na era Getúlio Vargas, fortaleceu-se a expansão dos setores industrial e da construção civil. Iniciou-se a viabilização de projetos nacionais de habitação social a partir da criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (1930), que era um conjunto de fundos previdenciários que investiam seus recursos em planos de habitações sociais. Foi de notável acréscimo para o desenvolvimento habitacional nacional. Em seu governo também se formulou a Lei do Inquilinato (1942) que previa o congelamento das taxas de locação para os dois anos seguintes com o intuito de promover o desinteresse no mercado de locação imobiliária para que esse recurso financeiro também fosse injetado no setor industrial. Getúlio Vargas queria alavancar o setor industrial. Tais criações tinham o objetivo também de gerar uma melhor relação entre a classe operária e o Estado.

Já no governo do presente Dutra, foi criada a Fundação da Casa Popular (1946), com a intenção de ser um órgão centralizador e promotor de um amplo programa de financiamentos de projetos de habitação e urbanização.

O Banco Nacional de Habitação (1964) promovia, através da terceirização de seus serviços, o crédito e a construção de habitações com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Suas condições de financiamento não atendiam a toda a demanda da classe operária e, mesmo com a criação desse programa de habitação, o poder público,

manteve uma atuação pouco eficaz diante da problemática situação das habitações brasileiras. Continuou seguindo-se o desenvolvimento das habitações em paralelo aos interesses econômicos.

A ascensão da indústria automobilística na região do ABCD e do polo industrial de Cubatão demandou novas obras de ligação do planalto ao porto santista. O crescimento desses setores na região carecia de extensa mão de obra e então migrantes, principalmente nordestinos que buscavam melhores condições de vida, vieram trabalhar nas obras das rodovias de acesso à Baixada Santista. As rodovias e ferrovias passaram a ter intensa atuação como via de escoamento do produto das indústrias.

Tais fatos tornaram mais viáveis o acesso para classe média a essa região, o que contribuiu para intensificar-se o turismo e o interesse por loteamentos no litoral paulista. Por conta disso, na década de 50, ocorreu um *boom* imobiliário que continuou em expansão até meados dos anos 70, quando foram abertas mais vias de acesso, tais como a rodovia dos Imigrantes, a Pedro Taques e a Piaçaguera – Guarujá.

E essa mão de obra, sem muitos recursos, durante as décadas posteriores foi se instalando com suas famílias nas zonas periféricas da Baixada Santista, pois não se enquadrava nos requisitos econômicos do plano de habitação do Banco Nacional de Habitação e de planos nacionais de habitação sucessores. Os modelos de desenvolvimento urbano

dos órgãos nacionais pouco compreenderam as características culturais destas localidades na criação de seus projetos de intervenção e continuam impondo valores estabelecidos pelo modelo da cidade formal.

Estética e cultura das favelas

As favelas distinguem-se das habitações projetadas por arquitetos, devido às diferentes relações espaço-temporais. Uma moradia projetada tem a função de habitar e ser uma ocupação permanente. Os barracos das favelas, erguidos pelos próprios moradores, ao contrário, apresentam caráter provisório e são construídos para suprir a necessidade imediata de abrigo, mesmo que nele tenham se estabelecido permanentemente. Por isso a estética das favelas apresenta características singulares que diferem da arquitetura erudita e podem ser aproximadas à arquitetura vernácula.

A arquitetura erudita utiliza materiais próprios para uma construção duradoura. As construções da favela caminham de forma oposta, pois agregam elementos da bricolagem, que consiste na arte de lidar manualmente com recursos fragmentários que geralmente são encontrados ao acaso. As intensas mutações das estruturas das moradias devem-se aos precários materiais de construção que necessitam ser readequados constantemente. Essa característica de eterna reforma estende a ideia de fragmentação a todo conjunto de barracos que

constituem uma favela. Sugere também a ideia de constante movimento e transformação, característica também dos abrigos.

As moradias, mantidas de portas abertas durante o dia, representam o ínfimo limiar entre o espaço público e privado. Resultado da relação de pertencimento e coletividade entre os vizinhos que constroem juntos os seus territórios e a constante evolução dos barracos de material fragmentado em casas de alvenaria ou em conjunto de barracos que formam becos, vielas e ruas estreitas, de confusa paisagem e traçados labirínticos.

Existem ainda algumas expressões culturais conhecidas como populares que vão para além, que não nascem do exercício de domínio do dominante sobre o dominado. São práticas que têm suas lógicas de existências nos seios das comunidades menos favorecidas, carregam valores que criam uma identidade. São as artes e outras tantas expressões culturais, que nascem nas favelas. Isso não quer dizer que membros de diferentes classes sociais não interajam ou até mesmo promovam manifestações que mais representassem o outro. Mesmo com desfavoráveis condições de desenvolvimento do intelecto, um membro da classe popular tem a capacidade de promover manifestações culturais ditas eruditas, enquanto da mesma forma membros das classes dominantes podem exercer práticas culturais consideradas populares.

Não convém tentar delimitar o campo de atuação do que é popular,

pois corre-se o risco de cometer alguns equívocos. Nem também em entrar no mérito de caracterização da cultura erudita em oposição à cultura popular. Tal polarização traria grandes dificuldades de reconhecimento do que é genuinamente pertencente a um desses campos de atuação da cultura. Os conteúdos destas estão intimamente ligados uns aos outros, pois tais culturas atuam no mesmo cenário social. "Toda produção cultural é resultado dessa existência comum, é um produto dessa história coletiva, embora seus benefícios e seu controle se representem desigualmente."²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os sentidos dados ao termo cultura. Hoje ele vem sendo, muitas vezes, utilizado para caracterizar a produção artística de um indivíduo ou grupo e, outras, para quantificar o seu nível de conhecimento. Vem tornando-se muito usual identificar a cultura como todo o conjunto de práticas que caracterizam a existência humana, vinculando-se a formação escolar, manifestações artísticas (dança, teatro, música), festas tradicionais, cerimônias religiosas, modo de vestir, etc., ou mais voltadas ao conhecimento, às ideias e crenças, como eles são encontrados na vida social. Cultura não é apenas um grupo de ações, e sim uma dimensão do processo social. Sendo assim, a

arte, a religião, entre tantos outros, tornam-se aspectos que fazem parte de uma cultura. E ela é também o resultado de uma produção coletiva, onde tal não diz por si só, está sempre relacionada a um contexto maior ligado a um processo histórico de construção dessas dimensões sociais.

É possível dizer então que patrimônio cultural são todos os elementos que compõem o âmbito cultural de uma sociedade, que passam por determinados processos de valorização, e que, pela necessidade de identidade cultural, transmitem esses valores para a perpetuação de sua cultura. Algumas manifestações culturais caminham pelo tempo, para além de seus criadores, agregando novos valores. Mas nem todas, seja elas tangíveis ou não, vão se perdendo no tempo e espaço, passando por determinados processos de perda de seus significados e de suas funcionalidades.

Para que uma produção cultural se torne herança, ela passará pelo crivo de seleção consciente do que é interessante legar ao futuro, por uma noção de identificação e posse por quem a herda. Essa ideia de posse e identidade está ligada ao valor que o coletivo ou o indivíduo atribui ao legado. E o valor atribuído é relativo, pois está ligado ao pensamento da época, à transitoriedade da moda, aos gostos dominantes, à subjetividade intelectual, cultural e psicológica.

A favela atinge o conceito de patrimônio cultural devido à

² SANTOS, J. O que é cultura, 1996, p. 50.

complexidade das relações de pertencimento e identidade com esse território. Mas faz-se necessário entender que a imaterialidade dessa cultura também reflete o conjunto material, pois é no espaço material da favela que também se promove o samba e na ação de um corpo se expressa esse e tantos outros saberes. O valor patrimonial da favela não está somente ligado ao conceito de cultura imaterial, pois não se pode dissociá-lo do conjunto de fatores materiais que contribuem para sua constituição.

Então, favela vincula-se a outros conceitos de patrimônio, devido à singularidade da cultura, composta pelo específico processo histórico de formação do seu território dentro de um contexto local e global, pelo seu jeito de lidar com o ambiente, pela maneira de se organizar em comunidade e com as questões que a circunda, pela habilidade de representar artisticamente os seus saberes e manifestar o pensamento de forma material e imaterial.

O processo de formação das favelas é uma das partes relegada da História Oficial do Brasil. Pouco se sabe sobre o interior desses espaços e o conhecimento que se tem deles está baseado principalmente em conjunturas externas, que contribuem para a compreensão dos fatores que promovem o surgimento desses lugares, mas que não são suficientes para o aprofundamento do reconhecimento de seus valores culturais. Por isso torna-se importante o aprofundamento de estudos sobre a alteridade da favela como parte

integrante do contexto urbano e reconhecimento da importância desse território como parte do patrimônio local e salve as devidas proporções, nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDUKI, Nabil. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3º), 711-732.
- BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.
- BRASIL. **Decreto n.º 3.551**, de 04 de agosto de 2000.
- CALDAS, Waldenyr. **O que todo cidadão precisa saber sobre cultura**, São Paulo: 1986.
- _____. **Cultura de massa e políticas de comunicação; e políticas de comunicações**, 2ª ed. Rio Janeiro: Global, 1991.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**, 3ªed. São Paulo: UNESP, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga – A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

LARAIA, Roque Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SILVA, René Marc da Costa. **Cultura popular e educação: um salto para o futuro**, Brasília, 2008.

SPANDAFORA, C. **Sub-habitação no município de Guarujá – Intervenção na favela Santa Rosa**. São Paulo: Universidade Católica de Santos, 2001.

STRINATI, Dominic. **Cultura Popular: uma introdução**. São Paulo: Hedra, 1999.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivanildo; JACQUES, Paola Berenstein. **Maré – Vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VAZ, Angela Omati Aguiar. **Guarujá: Três momentos de uma mesma história**. São Paulo: Espaço do Autor, 2002.

¹**Daniella Silva de Oliveira**. Professora de História. Pós-graduanda em Patrimônio Cultural, Memória e Preservação pela Universidade Santa Cecília, Santos (SP). Graduada em Estudos Sociais pela Faculdade

Don Domenico, com habilitação em História, Guarujá (SP). Professora de História da Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo.

Contato: daniellacultura@gmail.com